

A identidade de cotistas e não cotistas em comentários *online*: valoração e dialogismo

Nívea Rohling

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Ester Machna de Mendonça

Universidade Federal do Paraná

Resumo: O presente estudo teve por objetivo investigar as valorações sobre a identidade de cotistas e não cotistas, materializadas em enunciados do gênero comentários *online*. Para isso, foram analisados comentários em respostas a uma publicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em sua página oficial do *Facebook*, inserida no contexto de divulgação dos resultados da primeira fase do vestibular da UFPR de 2015. A discussão sobre identidade está ancorada em Hall (2006), Silva (2014) e Woodward (2014), estudiosos dos Estudos Culturais. Além disso, a compreensão do comentário *online* como gênero está baseado nas teorizações do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2011 [1952]; BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2010 [1929]; VOLOCHÍNOV, 2013 [1930]) e em Alves Filho e Santos (2013). A análise dos comentários explicitou uma série de construções valorativas no tocante à posição identitária de sujeitos cotistas e não cotistas: valorações que desqualificam os cotistas, valorizam os não cotistas e separam (e hierarquizam) esses grupos sempre por meio de oposições binárias.

Palavras chave: Ações afirmativas; Identidade; Comentário *online*; Valoração.

Title: The identity of students (not) benefited by affirmative actions in online comments genre: valuation and dialogism

Abstract: This study aimed to investigate the valuations on the identity of students (not) benefited by affirmative actions, materialized in statements of the online comment genre. Comments in responses to a publication on Federal University of Paraná (UFPR) official Facebook page were analyzed, about the results promulgation of UFPR's first stage entrance exam. Discussion on identity is anchored in Hall (2006), Silva (2014) and Woodward (2014), scholars of Cultural Studies. In addition, the understanding of online commentary as a genre is based on the theories of the Bakhtin Circle (BAKHTIN, 2011 [1952], BAKHTIN, VOLOCHINOV, 2010 [1929], VOLOCHINOV, 2013 [1930]) and Alves Filho e Santos (2013). The analysis of the comments demonstrated diverse values constructions regarding the identity position of students benefited by affirmative actions: valuations that disqualify them, value regular students, and separate (and hierarchize) these groups always through binary oppositions.

Keywords: Affirmative action; Identity; Online comment genre; Valuation.

Introdução

Historicamente o espaço universitário brasileiro foi constituído pelas classes com maior poder aquisitivo. Sobre essa questão Giolo (2010) pondera que a educação superior pública manteve, desde o começo de sua história, propostas de excelência. O seu posicionamento geográfico (capitais e cidades mais importantes), aliado a um processo seletivo rigoroso (possibilitado pela expressiva demanda), ajudou a conferir-lhes um caráter de elite. Nesse contexto, no processo de seleção de candidatos (vestibular), os indivíduos de classes sócio e economicamente privilegiadas detinham melhores condições de pleitear uma vaga em uma instituição de excelência, principalmente em cursos mais concorridos e prestigiados.

Até recentemente, por motivos socioculturais bastante emblemáticos, não era facultado aos grupos menos privilegiados sócio-

economicamente um maior acesso ao ensino superior, sobretudo, em uma universidade pública federal. A partir da criação de políticas públicas, materializadas em ações afirmativas, a entrada de um outro perfil de graduando nas universidades públicas tem sido possível. Assim, a universidade vem se abrindo a outros grupos sociais, especialmente devido às políticas públicas de ação afirmativa como, por exemplo, a lei nº 12.711/2012, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. A referida lei garante a reserva de 50% das vagas ofertadas em instituições públicas de ensino superior para aqueles que cursaram, integralmente, o ensino médio em escolas públicas.

No vestibular 2015/2016, a Universidade Federal do Paraná (doravante UFPR) passou a atender integralmente essa exigência legislativa. Essas mudanças nas políticas de acesso ao ensino superior nessa instituição provocaram, em jornais locais¹ e nas redes sociais, inúmeras discussões sobre a qualidade da educação no país, sobre as ações afirmativas governamentais e, além disso, houve inúmeros juízos de valor em relação àqueles que optaram pela concorrência geral e àqueles que optaram pelas cotas. Os temas desses enunciados, produzidos logo após a divulgação do resultado da primeira fase do vestibular, parecem evidenciar questões identitárias, pois dividem e hierarquizam sujeitos entre os que “se esforçaram e merecem” ter chegado à 2ª etapa *versus* os que foram “ajudados”, “beneficiados”.

Nesse cenário discursivo de tensões, que poder ser considerada como *arena discursiva*² no sentido bakhtiniano do termo, o presente artigo apresenta a análise de valorações em relação às identidades de cotistas e não cotistas em comentários *online*. Essas valorações estão presentes de forma mais ou menos explícita e, às vezes, subjacentes a comentários que evocam noções de justiça e qualidade de forma mais ampla, ou seja,

¹ O artigo de opinião de autoria do professor Daniel Medeiros, *Vestibular da UFPR: quais os limites da isonomia?*, publicado em 23/11/2015, e do professor Fabio Bettes, *Das cotas às castas: um estelionato educacional*, publicado em 01/12/2015, são exemplos da referida discussão do tema no jornal Gazeta do Povo.

² Inspirados na teoria bakhtiniana, Magalhães e Queijo (2015) entendem *arena discursiva* como um espaço de disputa e de luta que projeta um caráter de tensão, produzindo discursos contraditórios.

relacionando a discussão instaurada sobre cotas à justiça e à qualidade do país como um todo. Os dados analisados se constituem de um conjunto de enunciados que respondem a uma das publicações feitas pela página oficial da UFPR na rede social *Facebook*³.

Para tanto, a noção de identidade proposta por autores como Hall (2006), Silva (2014), Woodward (2014) e a perspectiva bakhtiniana de linguagem sustentaram a análise dos dados. Os comentários *online* estão sendo tomados como enunciados historicamente situados, nos quais se materializam os *projetos de dizer* dos sujeitos e, portanto, revelam seu horizonte apreciativo e suas entonações expressivas.

Analisar a valoração sobre questões identitárias em um conjunto de enunciados proferidos em uma situação real de comunicação é importante para que se possa compreender a construção discursiva sobre esses sujeitos. Os índices de valor presentes nos enunciados analisados atrelam a discussão sobre identidade à desigualdade social, também evidente no contexto do ensino superior.

Considerações sobre a noção de Identidade

O conceito de identidade tem sido amplamente discutido nos Estudos Culturais e apontam que, contemporaneamente, as identidades têm sido descentradas, descoladas, fragmentadas. Velhas identidades estão em desconstrução e novas identidades estão surgindo, fragmentando o indivíduo. As mudanças estruturais produziram transformações nas sociedades modernas do final do século XX, fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e racionalidade que, no passado, tinham nos fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais (HALL, 2006).

³ Publicação “Mais uma vez, parabéns aos aprovados” da página da Universidade Federal do Paraná no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/UFPRoficial/photos/a.130403733699817.27916.119792591427598/1009800512426797/?type=3&theater>> Acesso em 01/12/2015.

Nesse contexto epistemológico, de acordo com Silva (2014), é impossível discutir a noção de identidade sem tratar sobre diferença. Ambos estão estreitamente relacionados. Segundo o autor, a aparente simplicidade das conceitualizações de “identidade” como *aquilo que se é* e de “diferença” como *aquilo que o outro é* esconde, pelo caráter afirmativo dessas expressões, a estreita relação de dependência existente entre elas. As afirmações sobre identidade só fazem sentido porque existe “uma extensa cadeia de ‘negações’, de expressões negativas de identidade, de diferenças” (SILVA, 2014, p.75). Da mesma forma, as assertivas sobre a diferença são possíveis apenas em relação àquelas sobre identidade. Nesse sentido, identidade e diferença são, portanto, indissociáveis.

Woodward (2014) também corrobora essa perspectiva ao problematizar uma história do escritor e radialista Michael Ignatieff, a respeito dos conflitos na antiga Iugoslávia. A partir desse contexto identitário emblemático, a autora exemplifica a relação intrínseca entre identidade e diferença:

A identidade sérvia depende, para existir, de algo fora dela: a saber de outra identidade (croata), de uma identidade que ela não é, que difere da identidade sérvia, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. A identidade sérvia se distingue por aquilo que ela não é. Ser um sérvio é ser um ‘não croata’. A identidade é, assim, marcada pela diferença (WOODWARD, 2014, p.9).

Esse caráter relacional da identidade, isto é, a ideia de que identidade só se constitui em relação a uma outra, aponta para outra colocação importante. A identidade não é um produto acabado, disponível no mundo para ser acessado. Segundo Silva (2014), tanto identidade quanto diferença são produzidas socialmente. Nas palavras do autor, “Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais” (SILVA, 2014, p.76). Identidade e diferença, não seriam, portanto, únicos, essencializados, dados no mundo, mas sempre construídos na alteridade, em relação a um outro.

Essa construção, resultado de processos simbólicos e discursivos, também é, segundo Silva (2014), marcado por relações de poder. Não se marcam identidades e diferenças de forma neutra. Conforme o autor, “A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2014, p.81). Woodward (2014) exemplifica essa característica das identidades ao afirmar que ao se marcar simbolicamente⁴ um grupo como inimigo ou tabu, por exemplo, isso gera desvantagens reais, já que esse grupo será social e materialmente prejudicado.

Nesse sentido, as identidades são estabelecidas por sistemas classificatórios que aplicam um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la e caracterizá-la em ao menos dois grupos opostos (WOODWARD, 2014, p.40). Essas classificações geralmente constituem-se em oposições binárias e podem ser derivadas, além da classificação, de processos de *inclusão* e *exclusão*, *demarcação de fronteiras* e *normalização* (SILVA, 2014). Desse modo, ao estabelecer os que pertencem e os excluídos, o “nós” e o “eles”, há claros indicadores de posições sociais atravessadas por relações de poder. Conforme Silva (2014), promover a divisão ou classificação entre grupos significa hierarquizá-los.

Outro ponto fundamental, segundo Silva (2014), na discussão sobre identidade, é a representação⁵. Numa concepção pós-estruturalista, as conotações mentalistas e miméticas associadas são deixadas de lado e a representação é considerada em sua “dimensão significante”, evidenciada por algum traço exterior. A representação não contém a realidade ou a verdade sobre um significado, mas “como qualquer sistema de

⁴ Woodward (2014, p.14) afirma que “A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais”.

⁵ De acordo com Hall (1997, p.17), “Representação é a produção do significado dos conceitos nas nossas mentes através da linguagem. É a conexão entre conceitos e linguagem que nos permite fazer referência tanto aos objetos, pessoas ou eventos do mundo ‘real’ ou mesmo a mundos imaginários de objetos, pessoas e eventos fictícios.

significação, uma forma de atribuição de sentido” (SILVA, 2014, p.91). A identidade é, assim, dependente da representação porque é por meio desta que a identidade adquire significado. “É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: ‘essa é a identidade’, ‘a identidade é isso’” (SILVA, 2014, p.91).

Ao serem materializadas semioticamente, essas representações definem e reforçam identidades, não apenas as descrevem. Em um sentido performativo, a incessante repetição de uma suposta descrição pode transformá-la em fato. Em outras palavras, isso significa que a recorrência de determinadas construções a respeito de uma identidade pode contribuir para a ocorrência de preconceitos ou segregações sociais. Desse modo, ao utilizar expressões “racistas, como ‘negrão’ [...] não estamos simplesmente fazendo uma descrição sobre a cor de uma pessoa. Estamos, na verdade, inserindo-nos em um sistema linguístico mais amplo que contribui para reforçar a negatividade atribuída à identidade negra” (SILVA, 2014, p.93).

A posição de que as identidades se constituem na exterioridade, nas relações sociais de alteridade, têm relação com a elaboração bakhtiniana. Tendo em vista que, no pensamento bakhtiniano, o sujeito está em “um movimento contínuo entre o *eu* e o *outro*, em que eu vivencio minha vida de dentro e o outro me dá completude exterior, infere-se que os acabamentos e as *identidades* sempre múltiplas no tempo e no espaço (...)” (GERALDI, 2010a, p.143, grifo do autor). A partir da arquitetura bakhtiniana, tal categoria [identidade] só pode ser compreendida se for relacionada à noção de *alteridade*, que se pauta na relação entre um *eu* e um *tu*. A ideia central é que um *eu* só se constitui como ser na base de um *tu*, ou seja, destaca-se a importância do outro (interlocutor, leitor, ouvinte), que se torna o horizonte social avaliativo e interage na constituição da subjetividade do sujeito. Dessa forma, “o homem não possui um território interior soberano, ele se situa todo e sempre em uma fronteira: olhando para o seu interior, ele o olha nos olhos do outro ou através dos olhos do outro” (BAKHTIN, 2008, p.140). Segundo Geraldi (2010, p.109), “é na tensão do encontro/desencontro do eu e do tu que

ambos se constituem”. Nessa perspectiva, a identidade pode ser compreendida como os *acabamentos* que os sujeitos vão construindo nas relações intersubjetivas que se dão por meio da *alteridade* e dos *excedentes de visão* (BAKHTIN, 2003).

Em suma, as identidades são construídas nas relações sociais, mediadas pela linguagem. Por isso, na seção a seguir, discorreremos sobre a perspectiva de linguagem que orienta a presente análise.

A perspectiva Dialógica de Linguagem

Tomar a línguana perspectiva bakhtiniana é assumi-la como um construto sócio-historicamente. A elaboração epistemológica do Círculo de Bakhtin contrapõe-se às concepções que tratam a língua como um produto da consciência individual (subjativismo idealista) ou como um sistema de formas como um fim em si mesmo (objetivismo abstrato), por considerá-las incapazes de abarcar a complexidade da língua⁶. Para Bakhtin e Volochínov,

uma verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN e VOLOCHÍNOV, 2010 [1929], p.127).

Diante disso, a perspectiva bakhtiniana assume como unidade da comunicação discursiva o enunciado. É por meio de enunciados (orais, escritos ou em outros formatos) que são materializados discursos. Em termos gerais, os enunciados são sociais e verbais – são manifestações de sujeitos historicamente situados, em situações concretas de interação com outros indivíduos. A própria apropriação da língua depende dos enunciados nessa perspectiva, porque, segundo Bakhtin (2011 [1952],

⁶ Para uma leitura mais aprofundada sobre crítica dos autores ao subjativismo idealista e ao objetivismo abstrato, ver os capítulos 5 e 6 de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

p.283), “Aprender a falar significa aprender a construir enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas)”. Dada a importância dessa unidade de comunicação explicitada, é necessário delimitar as características dos enunciados, que os diferenciam das orações, a saber, a *alternância entre sujeitos*, a *conclusibilidade* e a *expressividade*.

A *alternância entre sujeitos* é uma particularidade do enunciado que o delimita dentro de uma cadeia de outros enunciados. É o princípio que determina quando um enunciado foi encerrado e pode dar lugar a outro. Nesse sentido, um determinado enunciado funciona sempre como um elo entre os que são precedentes e subsequentes a ele. Em um diálogo cotidiano, por exemplo, essa alternância é evidente nas mudanças de turnos de fala entre os participantes da interação. Mesmo assim, em outros gêneros do discurso⁷, mais complexos, esse revezamento também acontece – de formas mais ou menos perceptível. Isso porque todo enunciado é sempre uma resposta a outro precedente. A alternância entre os sujeitos está posta, nesse caso, em um âmbito mais amplo do que a do diálogo cotidiano.

Outra característica do enunciado é a sua *conclusibilidade*, aspecto relacionado também à alternância entre os sujeitos dos discursos. Conforme Bakhtin (2011 [1952], p.280, grifo do autor), “essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições”. Nesse sentido, é o acabamento de um enunciado que possibilita uma atitude responsiva, uma resposta, seja ela de concordância ou discordância, uma ação (cumprimento de uma ordem ou atendimento de uma solicitação, por exemplo), entre outras possibilidades de réplica que indicam uma compreensão sempre ativa do enunciado.

A conclusibilidade é determinada por três fatores complementares entre si: a) a exauribilidade do objeto de sentido; b) o projeto de discurso do falante e c) os gêneros do discurso. Esses três elementos são indissociáveis e, em síntese, podem ser colocados da seguinte forma: a

⁷ Esse conceito será discutido a seguir.

intenção do falante, isto é, seus objetivos, o seu querer dizer, determinam como essa intenção se materializa (em que gênero do discurso será enunciado esse querer dizer) e quais as fronteiras dessa realização, o volume, a extensão, a profundidade do tratamento dado ao objeto de sentido(o esgotamento desse objeto). Essa ideia também está sintetizada no trecho a seguir:

Em cada enunciado [...] abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* de discurso ou a *vontade discursiva* do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras. Imaginamos o que o falante *quer* dizer, e com essa ideia verbalizada, essa vontade verbalizada (como a entendemos) é que medimos a conclusibilidade do enunciado. Essa ideia determina tanto a própria escolha do objeto (em certas condições de comunicação discursiva, na relação necessária com os enunciados antecedentes) quanto os seus limites e a sua exauribilidade semântico-objetiva. Ele determina, evidentemente, também a escolha da forma do gênero na qual será construído o enunciado [...]” (BAKHTIN, 2011 [1952], p.281, grifos do autor).

Encerradas as particularidades da conclusibilidade, passamos à terceira característica do enunciado, o *elemento expressivo*. Segundo o autor, a expressividade é “a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2011[1952], p.289). Essa manifestação dos valores daquele que enuncia só é possível em uma situação concreta de interação, porque o enunciado apresenta, diferente da oração e da palavra, autor e destinatário. Tanto oração quanto a palavra, enquanto unidades da língua, só adquirem expressividade quando no interior de enunciados concretos – isoladas, são neutras e em si mesmas nada podem valorar.

Ainda que, para Bakhtin (2011[1952]), o enunciado seja único e irrepetível, há formas relativamente estabilizadas de enunciados, elaboradas pelas diversas esferas de atividade humana, que possibilitam a materialização de nossas intenções discursivas – os gêneros discursivos. Bakhtin defende que a heterogeneidade dos gêneros é ilimitada, porque os campos de atividade são inúmeros e multifacetados e cada um deles

desenvolve seu próprio arsenal de gêneros, que se alteram e diferenciam-se à medida que se diversificam as atividades humanas. Os gêneros são plásticos, não são formas rígidas e fixas, mas se moldam à medida que se transformam as relações nas quais eles estão implicados. Nesse sentido, a pluralidade de formas típicas de expressão é definida “pelo fato de que eles são diferentes em função da situação, da posição social e das relações pessoais de reciprocidade entre os participantes da comunicação” (BAKHTIN, 2011[1952], p.283). Dessa forma, a elaboração e a reelaboração dos gêneros acontece na historicidade, marcam as mudanças na vida social.

Todas as características dos enunciados sinalizam para um aspecto essencial nas teorizações do círculo de Bakhtin, a responsividade. O enunciado é sempre uma resposta *a* e suscita resposta *de* um outro (enunciado e enunciador). Nesse sentido, o papel do outro na composição domeu projeto de dizer é constitutivo. O enunciador sempre leva em consideração o que já foi dito sobre o seu objeto de sentido e antecipa possíveis respostas daqueles a quem o seu enunciado se destina. A construção do enunciado, nessa perspectiva, é interacional, dialógica. Nas palavras de Bakhtin (2011[1952], p.294-295):

Eis por que a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de assimilação – mais ou menos criador – das palavras do outro (e não das palavras da língua). Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas), é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos.

Assim, o intenso diálogo entre as minhas palavras e as palavras dos outros (que passam a integrar meus próprios enunciados e, por

consequente, meu discurso interior⁸), leva à percepção de que é sempre em relação ao outro que eu construo meus enunciados. Para Volochínov (2013 [1930], p.164), mesmo os pensamentos mais íntimos são totalmente dialógicos e “estão marcados totalmente impregnadas com a valoração de um ouvinte potencial, de um auditório potencial, mesmo quando o pensamento nesse ouvinte não tenha passado pela mente do falante”. Não é possível enunciar sem pensar em um destinatário para o enunciado, sem considerar o auditório social ou sem considerar as hierarquias sociais. A orientação para o outro é constitutiva do enunciado.

Ademais, o outro está implicado não somente como destinatário do meu enunciado, nem somente como um auditório a quem meu discurso se dirige, mas também nos ecos e ressonâncias das palavras dos outros que povoam os meus enunciados. Essa interação ininterrupta com o outro evidencia – novamente – uma concepção alteritária de linguagem. Para Bakhtin (2011[1952], p.297), “É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-las com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva.”

Além das concepções de *linguagem*, *enunciado* e de *gênero discursivo*, balizas do pensamento bakhtiniano, é preciso abordar a noção de horizonte valorativo-axiológico tendo em vista ser o foco deste estudo, a saber, a valoração acerca das identidades de cotistas e não cotistas. O horizonte apreciativo dos enunciados constitui-se de índices sociais de valor, que, segundo Bakhtin/Volochínov (2010[1929]), são elementos essenciais na constituição do signo ideológico; sem os índices valorativos, o signo nada mais é que uma “alegoria”, “objeto de estudo dos filólogos”,

⁸ De acordo com Bakhtin e Volochínov (2010[1929], p.43), “Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótica) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social”. Volochínov (2013 [1930], p.151) também afirma que “A linguagem interior é a esfera, o campo em que o organismo passa do ambiente físico ao social”. Nesse sentido, na concepção do Círculo, o processo de constituição da consciência individual é, também, social.

“signos ideológicos defuntos” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2010 [1929], p.46). Só pode ser considerado signo aquilo que já adquiriu um valor social, isso porque “a cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto de atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010 [1929], p.44). Cada signo constituído possui um tema, que é a realidade que dá lugar à formação de um signo, e o tema, por seu turno, possui sempre um índice de valor social. Em todo signo ideológico, confrontam-se índices de valor contraditórios, e é esse entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel.

Em suma, destacamos que a construção das identidades está intimamente relacionada à linguagem, conforme argumenta Silva (2014). Se é impossível definir uma posição sem levarmos em conta o outro, também é igualmente impraticável assumir uma identidade sem que haja diferenciação em relação ao outro. Identidade e linguagem estão implicadas porque somos sujeitos socialmente construídos, na alteridade, que valoram e são valorados nas relações sociais mediadas pela linguagem. Falar de linguagem e identidade sob esse prisma é falar de identidades construídas na e pela linguagem.

Aspectos metodológicos e descrição da situação mais imediata de interação

Como dito antes, o conjunto de dados de análise é formado por enunciados do gênero comentário *online*, postados em repostas a uma publicação na página oficial da UFPR no *Facebook*.

Com as mudanças históricas nas formas de interação e uso da língua, especialmente impactadas pela extensiva inserção da internet, sobretudo das redes sociais nas práticas discursivas, há o surgimento de gêneros discursivos, nas das redes sociais (como a postagem de *Facebook*, por exemplo), e reelaboração de outros já presentes em esferas de atividade humana como o jornalismo, por exemplo, que passam a ser utilizados em outros meios e apresentam mudanças em sua organização

composicional e estilística. Entre eles, o comentário *online* tem ocupado papel de destaque.

A esse respeito, o trabalho de Alves Filho e Santos (2013) pode apontar algumas regularidades sobre o gênero. Os autores analisaram os comentários *online* acerca de três notícias diferentes (potencialmente geradores de polêmica), em dois jornais *online* distintos, a fim de investigar como se constitui o tema desse gênero.

Alves Filho e Santos (2013) constataram que o tema geral do comentário *online* é um posicionamento de divergência ou convergência em relação a um fato noticiado. Segundo os autores, os comentários têm interlocutores imediatos específicos, mas “seu auditório social é a coletividade de leitores” (ALVES FILHO e SANTOS, 2013, p.84). Também se constatou que o propósito de comentar a notícia fica normalmente em segundo plano e cede lugar ao diálogo entre comentadores. Os comentários passam a ser “comentários de comentários”, não respostas à publicação do veículo em questão. Assim, à posição de divergência ou convergência em relação ao noticiado soma-se a concordância ou discordância em relação aos comentários de outros comentadores. A análise de notícias sobre diferentes fatos possibilitou aos autores perceber, ainda, uma recorrência nos comentários: o desejo de justiça, independente do assunto tratado na publicação.

Segundo Alves Filho e Santos (2013, p.84),

o tema do comentário *online* é um posicionamento de divergência ou convergência em relação àquilo que é noticiado (caso seja comentário sobre a notícia), e ainda de divergência ou de convergência em relação a outros comentários já feitos sobre essa mesma notícia. Desse modo, essa apreciação pode ser vista como o tema geral do gênero. Essa valoração apreciativa do comentador, que situa o comentador como uma espécie de juiz dos fatos noticiados, admite diferentes concepções de sentido para o valor justiça, haja vista que aquilo que é tido como justo para um comentador pode ser injusto para outro.

Contudo, apesar dessa recorrência, os autores argumentam que, a cada novo assunto, a manifestação do desejo de justiça adquire contornos mais particulares. Há uma atualização inerente a novos enunciados, mas também marcada pelas relações estabelecidas entre interlocutores e o objeto do discurso. De acordo com Alves Filho e Santos (2013, p.87, grifos nossos):

Poderíamos representar essa relação temática no comentário *online* por meio de um diagrama de inclusão no qual teríamos do círculo mais abrangente (externo) para o mais específico a seguinte ordem: *tema geral do gênero*, aquele tema recorrente nos textos pertencentes a um dado gênero; *tema atualizado do gênero* (atualizado em relação à valoração apreciativa dada a cada acontecimento social), uma vez que a valoração apreciativa pode atribuir diferentes entonações ao tema geral, a depender da valoração apreciativa o acontecimento social adquire novo valor para o que está sendo comentado. *O tema do enunciado*, aquele segundo o qual independentemente do tema geral e do tema relativo ao acontecimento comentado, faz com que a cada nova enunciação se tenha um novo tema do enunciado dentro dessa tematização mais geral.

Tais subdivisões em relação à constituição do gênero comentário parecem férteis não apenas para analisar os comentários publicados como respostas a notícias, mas também a outras publicações presentes nas redes sociais. Apesar da heterogeneidade e multiplicidade de composições para um mesmo tipo de enunciado e das variações possíveis a partir do contexto em que eles se encontram, a tendência a se responder outros comentadores e o desejo de justiça também são características das interações nas redes sociais.

Com relação ao ambiente em que os comentários foram postados, é importante salientar que as páginas, diferentes de um perfil ou grupo, são públicas e podem receber comentários de qualquer internautacadastrado na rede social. Como outros perfis de instituições presentes no *Facebook*, a página da UFPR apresenta, na maioria de suas publicações, uma linguagem menos formal e marcada por um estilo característico das redes sociais (uso de outras materialidades semióticas como *emojis* e *hashtags*, por

exemplo), numa tentativa de aproximação entre a Universidade e a comunidade em geral.

A publicação que nos referimos foi publicada no dia 23 de novembro de 2015, dia de divulgação do resultado da primeira fase do vestibular da UFPR⁹.



Figura 1: Postagem da página oficial da UFPR, no *Facebook*

⁹ A primeira fase do processo seletivo é composta por 80 questões objetivas. A segunda fase, por questões discursivas (relacionadas às disciplinas consideradas mais importantes para cada curso), incluindo propostas de produção de texto.

Essa postagem recebeu mais de 2.800 curtidas e 240 comentários – muito acima da média alcançada normalmente por outras publicações da página. A quantidade de interações e a discussão estabelecida nessa publicação chama atenção pelo fato de que, tal como verificaram Filho e Santos (2013), a congratulação aos aprovados na etapa, assunto da publicação e aparentemente não “gerador de polêmica”, foi deixada em segundo plano e se estabeleceu um diálogo entre os comentaristas a respeito de outro tema que estava no horizonte apreciativo dos interlocutores, a saber: as ações afirmativas aplicadas pela UFPR no processo seletivo 2016. Mesmo não explícito, esse objeto discurso é evocado pelo contexto da publicação, pelos elementos extraverbiais desse enunciado.

Nesse concurso, em atendimento à lei nº 12.711/2012, 50% das vagas foi destinada às cotas para alunos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escolas públicas. Essa categoria de concorrência foi dividida entre: a) Pretos, Pardos e Indígenas com renda familiar per capita (menor ou igual a 1,5 salários mínimos); b) Demais candidatos com renda familiar per capita (menor ou igual a 1,5 salários mínimos); c) Pretos, Pardos e Indígenas com renda familiar per capita (independentemente da renda); d) Demais candidatos com renda familiar per capita (independentemente da renda).

Cada categoria teve uma nota mínima para a aprovação na 1ª fase, relacionada à quantidade de pontos obtidos pelos candidatos de cada uma das categorias. Contudo, a disparidade entre as notas para ingresso em um mesmo curso, a depender das notas de corte em cada uma das subdivisões das cotas, motivou intensas discussões na publicação acima apresentada.

Assim, o tema a que os comentários respondem é a um discurso já-dito, já valorado socialmente e encharcado de valoração, a saber, as cotas. No entanto, agora há um novo elemento na arena discursiva, que é a nota

de corte. Tanto é que a maioria deles¹⁰ questiona a disparidade entre as notas de corte, como podemos observar nos exemplares a seguir:

1. “E o que foram essas notas em corte, em gente? Socorro.”
2. “Med ampla concorrência: 64. Med cotas: 30. VALEU BRASIL”
3. “Concordo que deve sim haver um sistema de cotas, tem pessoas que realmente não tiveram oportunidades e merecem, porém quando a nota de corte é baixíssima como foi nesse ano prova que o sistema foi falho, é um processo seletivo, a pessoa tem que conseguir acertar mais que 15 ou 20% (notas de corte em Eng. Civil e Direito-M respectivamente) das questões para ser aprovada, senão não há sentido em fazer a prova, escolhe quem se inscrever primeiro e pronto, afinal chutando a mesma letra na prova inteira se consegue esses resultados.”

Esses comentários apontam para o contexto da publicação, trata-se de um conhecimento compartilhado pelos interlocutores, já que, no mesmo dia da divulgação dos aprovados na primeira etapa, divulgam-se as notas mínimas de ingresso para cada um dos cursos. Dessa forma, para que a compreensão desses enunciados se concretize, na situação interlocutiva, é preciso que os interlocutores saibam que a nota de corte baixou.

Após vários comentadores se manifestarem, o perfil da UFPR escreveu:

4. Pessoal, o Vestibular 2015/2016 se difere dos anteriores com relação ao sistema de cotas sim. Seguindo as determinações do Governo Federal (pela Lei nº 12.711/2012), metade das vagas ofertadas pela instituição passa a ser destinada, exclusivamente, a candidatos que tenham cursado todo o ensino médio na rede pública. E dentro desses 50%, estão reservadas as vagas para vestibulandos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

¹⁰ Os comentários foram transcritos conforme foram escritos na situação de interação, ou seja, não foi realizada nenhuma correção ortográfica e gramatical.

Esse comentário-resposta da instituição promotora do concurso foi curtido por 222 pessoas e suscitou mais de 60 respostas diretas¹¹ a ele. Fica evidente, nesse contexto, a intensa cadeia de enunciados suscitados: os comentários se relacionam uns aos outros como respostas contextualmente localizadas, dialogam com o discurso oficial e com tantos outros enunciados a esse respeito. O conjunto de respostas a essa publicação revela também a constatação de Filho e Oliveira (2013) em relação à atualização do tema geral do comentário pela situação, com uma diferença: aqui, a situação não está explícita na publicação comentada, mas está diretamente atrelada ao contexto extraverbal, isto é, aborda as novas regras para as ações afirmativas. A polêmica gerada também é exterior à publicação: não se mencionam as notas de corte, mas a controvérsia se materializa nos enunciados. Verificou-se, nesses comentários, que a atualização dos enunciados em relação à situação materializa inúmeras valorações em relação às identidades de cotistas e não cotistas.

Por essas razões, a resposta da UFPR, somada às respostas dadas a esse comentário em específico, foram objeto de análise. Interessa verificar aqui como os internautas materializam seu horizonte valorativo por meio de entonação, uma acentuação mais saliente em relação ao objeto de discurso nessa situação de interação, quais as regularidades e singularidades desses enunciados, especificamente em relação às identidades de cotistas e não cotistas.

Ainda que a interação entre os internautas esteja acontecendo em uma página que representa uma instituição pública, no contexto das redes sociais, como dito antes, a UFPR se aproxima dos internautas e assume um tom mais informal, típico da interação nesse ambiente. No entanto, apesar de se revestir de uma linguagem mais ordinária, o perfil representa uma instância oficial que representa uma visão de mundo, uma lei que instaura uma mudança do *status quo*, que, por sua vez, se contrapõe ao horizonte

¹¹ Por resposta direta, entendemos as respostas escritas a partir do botão “responder” presente logo abaixo cada um dos comentários. As respostas (1), (2) e (3) foram escritas a partir do botão “responder” presente logo abaixo da postagem “Mais uma vez parabéns aos aprovados”.

apreciativo de determinados grupos. Assim, os sentidos produzidos por esses enunciados estão profundamente atrelados a esse diálogo mais amplo ideológico e social do que representam as ações afirmativas em nosso país, do que representa ser aprovado em uma universidade pública federal.

Além disso, a valoração é acentuada porque o gênero comentário estimula o autor a se manifestar pela própria facilidade do contexto tecnológico, dispensando o envio de *e-mails* ou cartas, por exemplo. É o próprio ambiente das redes sociais que cria uma cultura de participação, em que todos se manifestam a respeito das mais variadas temáticas.

Após a apresentação do processo de geração de dados e descrição da situação de interação mais imediata passamos à exposição das regularidades discursivas.

A orientação valorativa acerca das identidades de cotistas e não cotistas

Conforme já explicitado, nos enunciados-respostas à publicação da UFPR, a maioria dos comentários expressa uma postura avaliativa em relação às cotas e, conseqüentemente, em relação àqueles que escolhem uma ou outra modalidade de seleção. É importante salientar que as identidades são relacionais. Isso significa que não podemos desatrelar os cotistas dos não cotistas, porque uma categoria é constitutiva da outra.

A seguir, apresentamos os enunciados que evidenciam de modo mais saliente esse aspecto:

5. “RIDICULO o que aconteceu com o vestibular esse ano. Tem que ter lugar para os ‘menos favorecidos’? SIM. Mas essas notas de corte da ampla concorrência simplesmente abusam de todos os alunos que se esforçam e seus esforços nunca são o suficiente. Desgosto.”
6. “Cota é um negócio ótimo, realmente a diferença entre ensino publico e particular é uma coisa assustadora, mas isso também é tirar de quem fez por merecer, isso é tirar de quem se

esforço e foi atrás. Quando será que esse mundo vai entender que pra tu beneficiar um lado não precisa tirar/diminuir outro? Meu Deus”

7. “Tbm achei um absurdo. Levei 4 anos pra passar e qndo eu realmente mereci eu passei, mas qndo vi esse ano a mínima foi 17 no meu curso, e nos outros anos foram 33,32... Eu sou da cota e realmente tive que me esforçar bastante pra consegui alcançar o resultado só que não imaginei que a nota de corte seria tão baixa assim”
8. Acho qualquer tipo de cota um absurdo, passei em universidade pública saindo do ensino público sem optar por cota nenhuma, pra competir com pessoas que creio que eu tenha o mesmo nível... Acho as tais cotas o primeiro preconceito, que inclusive as pessoas têm consigo mesmo, por não se acharem devidamente capazes de competir de igual pra igual, sabendo que todo mundo tem inteligência suficiente. Nunca procuro me envolver em discussões assim, mas desta vez não consegui ficar quietinha... Que absurdo, hein? Vendo de onde saem médicos tão bons, advogados tão bons, GOVERNANTES tão bons e professores tão bons que optei pelo ensino privado depois de quase terminar um curso superior em ensino público.
9. Reclama que a cota subiu, mais não fala que pagou mil reais de cursinho. Eu não tive dinheiro pra pagar cursinho, e passei, estudei pouco porque tive que trabalhar, se não fosse cotas, com certeza eu levaria mais alguns anos pra passar, então parem de pensar só em si, e pensem nos outros. Paga mais mil de cursinho e tenta ano que vem.

Nesses comentários, é possível perceber que a discussão se pauta na presença *versus* ausência esforço e mérito. Ao afirmarem que as cotas roubam oportunidades de quem “fez por merecer”, “de quem se esforçou”, esses comentadores evidenciam, em seus silenciamentos, os valores que atribuem ao grupo oposto. Aqui, a identidade é marcada pela cadeia de negações: se existem os que “se esforçaram” ou “fizeram por merecer” (não cotistas), existem os que “não se esforçaram” ou “não fizeram por merecer” (os cotistas). A grande regularidade que emerge

quando se fala de ações afirmativa é o discurso da meritocracia. Sobre essa questão, Freitas (2012) reflete que a meritocracia junto a uma ideia de responsabilização e privatização fazem parte de um novo tecnicismo na educação. Nesse contexto, a meritocracia está na base da proposta política liberal em que se tem igualdade de oportunidades e não de resultados. Dadas as oportunidades, o que faz a diferença entre as pessoas é o esforço pessoal, o mérito de cada um. Segundo o autor:

Nada é dito sobre a igualdade de condições no ponto de partida. No caso da escola, diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho e o que passa a ser discutido é se a escola teve equidade ou não, se conseguiu ou não corrigir as “distorções” de origem, e esta discussão tira de foco a questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados (FREITAS, 2012, p.383).

O discurso da meritocracia se evidencia no enunciado (5), de modo acentuado, ao apresentar recursos expressivos/estilísticos que contribuem para expressar uma atitude valorativa em relação aos cotistas. O uso de letras maiúsculas, associado, na internet, ao falar em voz alta, aos berros, evidencia indignação. A utilização de aspas para marcar a expressão “menos favorecidos” também ressalta essa atitude valorativa em relação ao objeto, uma vez que este sinal marca a ironia, a intenção de significar justamente o oposto.

Outra regularidade interessante, evidente nos comentários (5) e (6), é a tentativa de apresentar uma postura conciliadora. Ambos ressaltam a importância das cotas, porém apresentam posicionamentos contrários às ações afirmativas, com a inserção do operador argumentativo *mas*, marcando a postura de divergência. Os comentaristas iniciam sua fala salientando a importância das cotas como uma estratégia discursiva para atenuar/escamotear o posicionamento contrário às ações afirmativas, que, por sua vez, poderia ser visto socialmente como uma posição elitista e conservadora. Trata-se, pois, de uma antecipação da reação-resposta ativa do interlocutor. Além disso, as justificativas desses comentaristas foram bastante parecidas, por retomarem a ideia de esforço e merecimento.

Já o comentário (7) destacou-se por sua singularidade. Ele é claramente enunciado por um cotista, que renuncia/nega essa identidade e corrobora o argumento dos enunciadores (5) e (6) para justificar sua posição. Esse enunciatador se apresenta como cotista que se esforçou bastante, que só foi aprovado na universidade quando mereceu, mas que se coloca em oposição aos cotistas do processo seletivo em questão devido à diferença na nota mínima para aprovação: 33 (na ocasião do ingresso do enunciatador) e 17 (na atual conjuntura). Ao concordar que a nota de corte é um “absurdo” e colocar-se num lugar que o diferencia dos atuais cotistas, o enunciatador rejeita a identidade que se constrói para esse grupo e assume o discurso da meritocracia, na tentativa de não atribuir a si as peculiaridades conferidas a ele.

De modosemelhante ao comentador (7), a comentadora (8) também se afasta da identidade de cotista, de uma forma mais acentuada. Nesse comentário, a enunciatadora revela ter estudado na rede pública, mas não optou pelas cotas por se considerar habilitada para competir com pessoas de seu nível. Aqui, há uma hierarquização entre as identidades em tensão: as cotas fazem parte de um “nível inferior”, enquanto a ampla concorrência faz parte de um “nível superior”, do qual a enunciatadora faz parte. Além disso, a comentadora (8) apresenta um discurso uniformizante, generalizador, que coloca todos (cotistas e não cotistas) no mesmo patamar de inteligência (“todo mundo tem inteligência suficiente”). Esse posicionamento, apesar de soar democrático e parecer apresentar somente fatos – como a inteligência natural humana –, revela uma perspectiva de responsabilização individual pela realidade social e escolar em que cotistas e não cotistas se posicionam. Ao dizer que todos têm as mesmas condições, a enunciatadora nega os pontos de partida desses grupos, a infraestrutura do ensino público e a realidade das famílias que os compõem. Ademais, a enunciatadora usa de ironia ao afirmar que optou pelo ensino superior privado ao perceber a “qualidade” dos profissionais egressos do ensino superior público. Mais uma característica é atrelada então às identidades, agora ao ensino público como um todo: os egressos dessa modalidade de ensino são menos qualificados que os de instituições particulares e, portanto, são profissionais “ruins”.

Por fim, diferentemente dos comentaristas (7) e (8), o comentarista (9) assume a identidade de cotista e contrapõe-se ao que estava sendo construído até então. Ele evoca a solidariedade dos demais comentaristas, argumentando que deveriam pensar mais nos outros que, como ele, não tiveram melhores condições econômicas para a preparação e estudaram pouco porque tiveram que trabalhar – não por serem “menos esforçados” ou “beneficiados”. Além disso, ele caracteriza os não cotistas como os dotados de poder aquisitivo, que podem se preparar para o vestibular. Aqui, o cotista valoriza o não cotista, sempre em relação a si mesmo: enquanto o primeiro não se prepara porque precisa trabalhar (ausência de tempo e ausência de recursos materiais), o segundo teria essas condições satisfeitas, já que não precisaria trabalhar e teria tempo para se dedicar.

Discursos generalizantes sobre cotas, qualidade do ensino e identidade nacional

Muitos comentários relacionaram as notas de corte não somente às cotas, mas à qualidade da educação pública no país e à qualidade do país (e de seus habitantes) o que remete a uma identidade nacional. O comentarista (10), por exemplo, argumentou que as diferenças entre as notas de corte (e, conseqüentemente, as cotas) se justificam pelas diferenças educacionais entre alunos de escolas públicas e privadas. O enunciativo chama a atenção para uma aparente obviedade em relação às disparidades nas notas de corte (“será que vocês não conseguem ver...”), evocando um contexto mais amplo do que o individual para abordar a questão.

10. “Concordo que pessoas passando em um curso com 14 pontos em um processo seletivo de 80 questões é bem problemático, na questão das cotas por exemplo. Mas será que vocês não conseguem ver que isso evidencia a grande diferença na educação? Lembrando que a seleção pra segunda fase do vestibular não ocorria dessa maneira, e levando em consideração a nota de corte de alguns cursos, da pra concluir que basicamente nenhum cotista ingressava na universidade! Pra que ter sistema de cotas se ele é tão falho assim?”

Esse comentário apresenta-se como uma singularidade em meio a tantos outros enunciados que assumem posturas mais ligadas ao desempenho individual. Outros comentaristas associaram a qualidade do ensino, as cotas e as notas de corte do processo seletivo UFPR/2015 à derrocada do país, do ensino e, principalmente, dos novos universitários. As questões identitárias estão contidas nesse sub-recorte. Há novas oposições binárias que classificam, dividem e valoram as identidades de cotistas e não cotistas. Vejamos os comentários a seguir:

11. “Deveriam melhorar a escola pública ao invés de oferecer cotas, Estão criando um país de debiloides.”
12. “A discussão pode até ser de quem tem mais, ou quem tem menos, o ridículo foi favorecer pessoas e desfavorecer outras. O país nunca irá pra frente assim. O esforço de pessoas de escolas particulares também tem que ser reconhecido, alguns tem mais recursos, outros menos, porém todos são capacitados. Melhorem as escolas e retirem as cotas, porque tá ridículo ver pessoas acertando 50 questões e não passando, e outras acertando 10 e passando.”
13. “Os cortes poderiam ser mais próximos, mas temos que lembrar que estamos no Brasil né?! Infelizmente, todos sabemos o grande fiasco que é o ensino médio público frente a um ensino médio particular.”

O comentarista (11) atrelou a oferta de cotas à criação de um país de “debiloides”, ao desenvolvimento de uma nação marcada por pessoas cognitivamente debilitadas. O comentarista (12), por sua vez, associou as cotas ao favorecimento de uns em detrimento de outros. Nesse caso, os cotistas são favorecidos, enquanto os não cotistas, desfavorecidos. Os dois comentaristas ampliam uma questão particular, relacionada a uma demanda educacional específica, e estendem-na a um contexto mais amplo. Nesses pontos de vista, a divisão do concurso entre categorias de concorrência distintas, pautadas ao histórico escolar do candidato, estaria relacionada ao atraso da nação (“o país nunca irá pra frente assim”). Ambos sugerem que é preciso qualificar as escolas públicas ao invés de ofertar cotas. O comentarista (12) expressa sua discordância e insatisfação

com a situação ao escrever que “tá ridículo” ver as discrepâncias entre as notas de corte, valorando, negativamente, a situação em que o comentário – e a publicação da UFPR – se posicionam. O posicionamento depreciativo em relação à identidade do cotista se acentua ao passo que tem sua construção identitária intrinsecamente ligada à materialização do subdesenvolvimento do país, do atraso. Além disso, embora enunciem diferenças entre escolas públicas e privadas, esses enunciados não aceitam as ações afirmativas e, conseqüentemente, não conseguem conceber a existência de cotistas. Além disso, o comentarador (12) também apresenta um discurso uniformizante, tal como a comentadora (8), ao afirmar que, mesmo com as diferenças socioeconômicas, todos são igualmente capacitados. Esse discurso escamoteia a disparidade nas condições de vida daqueles que estudam em instituições públicas e privadas e atribui unicamente ao indivíduo o resultado pelo próprio desempenho.

Já o comentarador (13), por sua vez, assume um tom de aceitação e acomodação em relação à situação da educação. Nesse enunciado, evoca-se, com as construções “temos que lembrar que estamos no Brasil né?!” e com “todos sabemos que”, o entendimento coletivo, o pressuposto de que o país é considerado, por seus próprios habitantes, um local em que os serviços (públicos, especialmente) são de má qualidade. Novamente, uma questão particular é ampliada/generalizada em termos de nação boa/não ruim.

A partir dessa descrição, podemos aventar que os enunciados em tela apontam para discursos já ditos, encharcados de avaliação depreciativa sobre as políticas de ações afirmativas e, para isso, fazem referência aos discursos depreciativos acerca da identidade nacional – quando se referem ao Brasil relacionando-o à ideia de atraso e de subdesenvolvimento, com ênfase às “deficiências” da escola pública.

Nesse debate¹², vale destacar que as políticas afirmativas, desenvolvidas nos últimos anos, vêm oportunizando aos grupos

¹² Nessa parte do texto nos permitimos tecer uma reflexão mais ampla, e menos restrita à materialidade linguageira, tendo em vista que os enunciados em tela nos provocam a

historicamente marginalizados ao longo da história acesso a espaços antes restritos às elites. O acesso ao ensino superior, nesses últimos anos¹³, assemelha-se ao que ocorreu com a escola pública na instância da educação básica na década de 1950, quando houve a entrada massiva de jovens provenientes de classe populares nas escolas brasileiras a partir da obrigatoriedade do ensino fundamental para jovens até 14 anos. Toda essa alteração trouxe uma série de implicações no que se refere ao acesso à educação formal por grupos desprivilegiados. Nessa discussão, não podemos assumir um olhar ingênuo, haja vista que muitas políticas públicas se mostram paliativas e emergenciais. No entanto, também não podemos negar os avanços nas tentativas de resposta, no âmbito de políticas públicas, em termos de formação de um contingente cada vez maior de sujeitos e de classes sociais distintas.

Como resultado desse acesso há uma ação reversa sobre a própria escola pública. De modo que se torna relevante problematizar o discurso polarizado de que a escola privada tem qualidade e a escola pública não. Nos últimos anos, a escola pública vem sendo ressignificada e valorada positivamente pelo alunado. Ao perceber que podem acessar à universidade, via ações afirmativas, os jovens passaram vislumbrar novos projetos de vida e, para tanto, passaram a valorar positivamente a escola pública, concebendo-a como o caminho para a universidade. Os recentes movimentos estudantis secundaristas¹⁴ têm evidenciado como a escola pública, antes concebida como lugar para jovens desmotivados, indisciplinados e de reprodução do fracasso social, tem sido ressignificada como espaço de cidadania, de pertença e de empoderamento desses

problematizar o contexto político-ideológico tenso que produz tais embates discursivos, como os aqui analisados.

¹³ Trata-se de políticas públicas governamentais produzidas nos últimos doze anos em que foram criadas novas universidades públicas federais e aumentado consideravelmente os programas de formação de professores como o PARFOR, PIBID, cursos de Licenciatura em EaD etc. Tais políticas ampliaram o acesso das classes populares à universidade pública por meio de políticas assertivas, constituindo um avanço no ensino superior público e gratuito.

¹⁴ O movimento dos estudantes secundaristas de ocupações das escolas públicas, ocorrido a partir de 2015 no Estado de São Paulo e que se estendeu pelo país, se propôs lutar pela manutenção e ampliação da qualidade de ensino, bem como manifestou-se contrário às medidas neoliberais que visam sucatear e privatizar a educação pública.

jovens. No entanto, esse cenário político-ideológico de maior acesso das classes populares nas universidades causa um tensionamento/conflito ideológico, já que há um enfraquecimento da inculcação da ideologia da incompetência, perpetuadas historicamente sobre as classes menos privilegiadas. Em suma, a partir de mecanismos de políticas assertivas para grupos historicamente excluídos, como é o caso, por exemplo, da política de cotas, houve mudanças significativas na universidade e na própria escola pública, cujos desdobramentos ainda não se podem mensurar/balizar nesse momento.

Justiça e injustiça

Conforme já identificado por Filho e Santos (2013), o gênero comentário *online* tem, como tema geral, a (in)justiça em relação a um determinado objeto de sentido. Essa concepção não está atrelada, segundo os autores, a um conceito universal, mas aos modos como os enunciadores se relacionam valorativamente com as situações. Essa constatação também se aplica aos dados em tela. Os comentários a seguir relacionam as notas de corte, as cotas e o país como um todo com uma situação injusta.

14. “Direito teve diferença de nota de 40 entre ampla concorrência e cotas, como acham que isso é justiça? Isso não é justiça, isso é preguiça de criar um ensino público DECENTE e fica dando mastigado na boca de todo mundo. Acertei mais da metade da prova e não passei, enquanto tem gente aí que acertou 1/4 dela e passou, isso não é justiça em nenhum lugar.”
15. “É um absurdo completo... Estamos criando vários tipos de Brasileiros dentro do Brasil... uns com mais e outros com menos direitos... deve haver um meio de parar isso...”
16. “Mas quem disse que moramos num país justo? Justiça passa longe aqui.”
17. “E é justamente por não vivermos numa sociedade com igualdade e justiça social é que temos cotas, comecem a rever

em quem vocês votam e cobrem isso do estado, vir aqui perder tempo atacando o sistema de cotas e a universidade não vai fazer você ter acesso ao ensino.”

O comentarador (14) compara as notas de corte entre a ampla concorrência e as cotas e à “preguiça” das autoridades em buscar um ensino público “decente”. Nesse enunciado, o comentarador coloca-se como alguém que não passou na primeira fase da seleção do vestibular por conta dessas disparidades entre as notas. Cria-se assim um novo binarismo em relação às identidades de cotistas e não cotistas, divididos entre os que são beneficiados por uma injustiça (segundo o enunciador, a situação das notas de corte “não é justiça em lugar nenhum”, tratando, assim, “justiça” como um conceito universal) e os injustiçados, vitimados pela política de ação afirmativa. Novamente, tal como em enunciados anteriores, o uso da letra maiúscula marca semioticamente a indignação do falante e marca a sua posição de divergência em relação às cotas e ao contexto em que a publicação foi construída.

Da mesma forma, o comentarador (15) também discorda das ações afirmativas e valora negativamente as ações afirmativas. Segundo ele, essas políticas auxiliam na manutenção de um sistema desigual e que divide os brasileiros entre os que têm mais e menos direitos. O raciocínio inverte a lógica que cria a política de ações afirmativas e coloca cotistas como privilegiados e não cotistas como subjugados e, também, inverte a lógica ao afirmar que a política de cotas gera desigualdade, não o contrário. Além disso, a questão é ampliada para questionar o país como um todo, tal como o comentarador (16), que aponta o país como injusto, noção esta atrelada, como os demais, apenas às disparidades das notas de cortes.

O comentarador (17) se diferencia dos demais porque concorda que o país é injusto, mas aponta as cotas como um meio para se reduzir desigualdades, não para criá-las. Esse comentário dialoga com os dois anteriores por responder a eles apresentando um ponto de vista divergente em relação a eles e favorável às ações afirmativas. É possível perceber as ressonâncias e as reacentuações presentes no comentário (17) e que evidenciam as reações-respostas que os enunciados suscitam. A

interação entre comentadores será abordada com mais detalhes nos comentários selecionados abaixo.

O diálogo e reação-resposta ativa entre comentadores

Filho e Santos (2013) também verificaram em seus dados que os comentadores, em geral, perdem o foco da publicação a que os comentários se referem e estabelecem diálogos entre si, sempre estabelecendo um objeto de discurso, alvo de apreciações valorativas. Há uma série de respostas dadas a outros comentadores, como os enunciados a seguir.

18. “Depois falam q o cefet caiu de nível, o q vcs fizeram esse vestibular foi a maior cagada épica da história da universidade federal... vão formar turmas com alunos q acertaram 64 junto com outros q fizeram 30 pontos... pontuação no vestibular não leva pra faculdade mas dedicação SIM, e pontuação no vestibular reflete isso...”
19. “Gente, apesar de eu estar achando péssimo esse sistema de cotas deste concurso, essa discussão de "formar quem passou com x junto com quem passou com y" é uma discussão bem infantilizada. Definitivamente, a sua nota no vestibular não vai influenciar em absolutamente NADA na sua vida acadêmica. As notas de corte estão absurdamente baixas porque a concorrência entre os cotistas provavelmente foi menor, se é lei ter que disponibilizar 50% das vagas para os cotistas, essa coisa vai se repetir.”
20. “Nota de vestibular nao influência na vida acadêmica, mas nota de vestibular é reflexo de dedicação esforço persistência e competência intelectual e sera q isso nao influência? Infantil é esses discursos batidos de entra na faculdade e todo mundo fica igual, fica coisíssima nenhuma, se ficasse não existia evasão a rodo.”

Esses três comentários aparecem nessa ordem, intercalados com outros comentários que não os retomam e abordam outras questões. É

importante destacar como os comentaradores respondem uns aos outros, reacentuam os enunciados que os precederam e atribuem novos sentidos ao objeto de sentido. O comentarador (18) aponta para as identidades de cotistas e não cotistas separando os primeiros como não dedicados e o segundo como dedicados, balizados pela quantidade de acertos. O comentarador (19), começando seu enunciado com o vocativo “gente” (chamando a atenção dos interlocutores inseridos na discussão, do seu auditório social, para o enunciado que está sendo construído), reacentua a colocação do comentarador (18) quando afirma que a discussão sobre misturar, nas mesmas turmas, os alunos que acertaram 64 e 30 questões é infantilizada. A valoração aqui não se coloca em relação às identidades de cotistas e não cotistas, mas em relação à colocação do comentarador anterior. Para o comentarador (19), as notas de corte não influenciam a vida acadêmica¹⁵. O comentarador (20), por sua vez, concorda que as notas não interferem na vida acadêmica, mas que elas são reflexo da dedicação do candidato e isso influencia o desempenho dele no ensino superior. Além disso, esse comentarador escolhe também a palavra infantil para colocá-la em outro contexto: “Infantil é esses discursos batidos de entra na faculdade e todo mundo fica igual”. Nesse enunciado, o comentarador apresenta uma posição de convergência em relação ao comentarador (18) e de divergência em relação ao comentarador (19). As reacentuações em relação aos termos “infantil” e “dedicação” e a relação estabelecida entre as notas mínimas de aprovação e o desempenho posterior no ensino superior marcam as relações dialógicas entre esses enunciados.

Considerações finais

Na análise empreendida, constatamos que as valorações sobre as identidades de cotistas e não cotistas foram construídas a partir de

¹⁵ Sobre o desempenho de alunos cotistas e que fazem uso do Programa PROUNI, recentemente foi divulgado um estudo que mostra o bom desempenho de estudantes cotistas, desconstruindo os discursos sobre o baixo rendimento desses sujeitos após serem admitidos via programa de ações afirmativas. Disponível em <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/bolsistas-do-prouni-tem-nota-mais-alta-no-enade-que-seus-colegas-de-classe-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em 05/03/2017.

oposições binárias, caracterizadas por atributos positivos e negativos. À identidade de cotistas associam-se características como: falta de dedicação, de mérito, de esforço. Esses atributos somam-se à ideia de que cotistas são beneficiados pelas políticas governamentais, o que reforça a falta de mérito intrínseca ao grupo. Já a identidade de não cotista, por sua vez, é valorada como os que se esforçam, estudam muito e são prejudicados/injustiçados pelas ações afirmativas. As cotas também estão relacionadas à derrocada da educação, à formação de profissionais pouco preparados e à injustiça do país como um todo. A análise dos dados evidenciou, assim, o caráter relacional das identidades e as relações de poder estabelecidas entre elas (claramente atreladas ao acesso ao espaço universitário).

Os comentários *online* mostraram-se produtivos para a análise das valorações acerca das identidades. Esses enunciados, marcados pelas relações de convergência ou divergência sobre um determinado objeto de discurso, são propícios para compreender os juízos de valor construídos a respeito de um determinado grupo. As classificações, divisões e hierarquizações presentes nos comentários materializam os discursos sobre os cotistas e não cotistas.

É importante ressaltar também que, embora a análise de Filho e Santos (2013) tendo sido empreendida em relação a comentários produzidos no jornalismo *online* (publicadas em contexto diferente dos comentários aqui analisados, a saber, portais de notícia e *sites* de jornais em suas versões *online*), as constatações dos autores em relação ao tema do gênero e do enunciado foram produtivas para “olhar” os nossos dados de pesquisa. A postura de convergência e divergência, a justiça atreladas a características da nação também foram recorrentes nos enunciados aqui analisados.

Em relação às redes sociais, os comentários analisados também fogem do objetivo primário da publicação e do assunto nela contido e expandem a discussão para outros temas. A publicação que gerou os comentários analisados (congratulação aos aprovados na primeira fase do vestibular), aparentemente, não abordava diretamente a questão das

cotas e das notas de corte – tema discursivizado nos comentários -, mas estava no horizonte apreciativo do grupo, atrelado à divulgação dos resultados do vestibular e, conseqüentemente, às especificidades desse processo seletivo em relação aos anteriores. Os comentários produzidos pelos interlocutores fugiam/desviavam da publicação em si e voltavam-se para um outro objeto de discurso comum aos interlocutores, a saber, as cotas e a nota de corte. Nesse sentido, para não julgar precipitadamente os comentários como dissociados da publicação, é importante compreendê-los como reações-respostas a enunciados concretos e discursos em circulação, os quais são historicamente localizados.

Referências

- ALVES FILHO, Francisco; SANTOS, E. Pereira. O tema da enunciação e o tema do gênero no comentário online. *Revista Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 10, n. 12, p.78-90, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1979].
- BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 4ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008[1963].
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p.261-306.
- BAKHTIN, Mikhail e VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 14ed. São Paulo: Hucitec, 2010 [1929].
- BETTES, Fabio. Das cotas às castas: um estelionato educacional. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 23/11/2015. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/das-cotas-as-castas-um-estelionato-educacional-empbras8uij7lg4wjfjh7wnwi>>. Acesso em 10/12/2015.
- BRASIL. Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 de ago. de 2012. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>
Acesso em 10/01/2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade* Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

GERALDI, João Wanderley. *Ancoragens: estudos bakhtinianos*. São Carlos (SP): Pedro & João Editores. 2010.

GIOLO, Jaime. Educação a distância: tensões entre o público e o privado. *Educação & Sociedade*. v. 31, p. 1271-1298, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/12.pdf>>.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A. 2006.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart. *Representation: cultural representation and signifying practices*. SAGE Publications: London, 1997.

MAGALHÃES, Anderson S.; QUEIJO, Maria E. da S. A arena discursiva das ruas e a condição pós-moderna: da manifestação à metacarnavalização. *Bakhtiniana*. São Paulo, 10 (3): 166-185, Set./Dez. 2015. ISSN 2176-4573. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/22367/17703>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

MEDEIROS, Daniel. Quais os limites da isonomia? *Gazeta do Povo*, Curitiba, 23/11/2015. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/educacao-no-dia-a-dia/vestibular-da-ufpr-quais-os-limites-da-isonomia/#social2_comentario_form>. Acesso em 10/12/2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 14ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.73-102.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. O que é a linguagem? In: VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. *A Construção da Enunciação e Outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. pp 131-156.

_____. A Construção da Enunciação. In: VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. *A Construção da Enunciação e Outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p.157-188.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 14ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.7-72.